

Semana 6 – Raízes Agrárias dos Problemas Brasileiros

Resumo do Texto de José de Souza Martins por Igor Correa Machado.

A reforma agrária é uma possível solução para os problemas da questão agrária. Devemos entender que a questão agrária é o problema e a reforma, a solução. E existem vários tipos de reforma agrária que seriam plausíveis para este problema. E antes de escolher qual tipo, precisamos primeiramente observar como é a questão agrária no Brasil e, então, escolher as melhores propostas oferecidas.

Para compreender a questão agrária brasileira precisamos entender o histórico social e econômico do Brasil. Até 1889, tínhamos aqui uma sociedade escravista. E antes de 1850 ainda não tinham sido tomadas iniciativas verdadeiramente sólidas para o término da escravidão ou do tráfico de escravos. Coincidentemente até essa data o acesso à terra era exclusiva para aqueles considerados cidadãos, por via de uma concessão.

O regime de propriedade atual não existia nessa época. Trata-se de um regime, no qual a propriedade é vista com caráter absoluto, contendo muitas imperfeições jurídicas e insuficiências sociais. Em suma, não assegura justiça.

Os problemas da questão agrária começam a se definir quando a Inglaterra e outras potências da época pressionam o Estado brasileiro a acabar com a escravidão para expandir o mercado consumidor. Acabar com a escravidão significava, com o governo nas mãos dos latifundiários, criar um grande problema para a grande propriedade.

O regime de concessão de terras das sesmarias, herdado de Portugal, foi suspenso pouco antes da Independência. Mas mesmo assim continuou na prática, o governo outorgando novas concessões sesmarias. Tal vácuo legislativo poderia permitir que os trabalhadores pobres e livres poderiam ocupar as terras disponíveis e não trabalhariam para os latifundiários.

Então, em 1850, o governo imperial aprova a Lei de terras que se tornou o oposto da Lei de Colonização dos Estados Unidos, quase da mesma época. Grandes contingentes de imigrantes europeus participaram da ocupação do vasto oeste americano e sem eles essa conquista não se realizaria. Para atrair imigrantes, o governo norte-americano decretou, em 1862, o *Homestead Act*, que assegurava a posse de uma propriedade com 1 acre a quem a cultivasse por cinco anos. Essa lei fez aumentar muito o fluxo de imigrantes europeus para os Estados Unidos. Até o final do século XIX, cerca de 600 mil pioneiros receberam 80 milhões de acres, contribuindo decisivamente com os objetivos expansionistas do país.

Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, a política rural estava ligada a uma certa concepção de trabalho. Enquanto a Lei brasileira de 1850 dificultava a obtenção de terra pelo trabalhador livre, o *Homestead Act* de 1862 doava terra a todos os que quisessem nela se instalar. Usando velhos argumentos em favor da pequena propriedade – argumentos que estavam enraizados na experiência histórica dos primeiros colonizadores – e recorrendo a novos argumentos derivados das condições criadas pelo

desenvolvimento no século XIX, o *Homestead Act* refletia, em 1862, o impacto da imigração, da urbanização e da industrialização sobre a sociedade americana.

Os membros da elite brasileira assemelhavam-se, em importantes aspectos, aos fazendeiros do Sul dos EUA de mesma época, com a diferença de que os nossos fazendeiros dominavam o país. Ambos retardaram tanto quanto puderam a abolição do comércio de escravos. No Brasil, a lei proibindo o tráfico, decretada em 1831, não foi obedecida até 1850, quando uma nova lei foi aprovada. Este processo coincidiu com um período de grande expansão das plantações de café.

Nessas circunstâncias, os latifundiários, cujos interesses estavam ligados às áreas em desenvolvimento, tiveram de recorrer ao tráfico interno de escravos. Diante da perspectiva de extinção da mão-de-obra escrava, alguns fazendeiros começaram a se interessar pela imigração como alternativa para o problema de mão-de-obra. Não foi por acaso que a Lei de Terras de 1850 foi decretada no mesmo ano da lei que aboliu o comércio de escravos.

Enquanto a elite brasileira tentava criar dificuldades para o acesso à terra, a maioria dos novos grupos emergentes na região Nordeste dos Estados Unidos defendia o *Homestead Act*, por diversas razões. Os grupos financeiros pensavam que a colonização e o desenvolvimento do Oeste criariam novas possibilidades para investir capital. Os industriais vislumbravam novos mercados. Os comerciantes esperavam um aumento na exportação e na importação. A classe média urbana, ou por ressentir-se das tendências vigentes ou por lamentar os problemas que enfrentavam no país, via no *Homestead Act* a promessa de uma vida melhor. Os trabalhadores esperavam que o Ato estimulasse um movimento populacional em direção ao Oeste, reduzindo o excesso de oferta de trabalho nas cidades. A partir do momento em que o problema da escravidão tinha dividido claramente a nação, muitos abolicionistas associaram a abolição à terra livre e também apoiaram o *Homestead Act*. Mas todos esses grupos contribuíram para uma importante mudança de opinião a favor da nova lei.

No Brasil, com a industrialização, entre as velhas elites e as novas, estabeleceu-se uma espécie de compromisso político, no qual os industriais e grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias fundiárias. Os primeiros delegaram suas responsabilidades, o que permitiu a reprodução dos mesmos mecanismos políticos que vitimavam o povo e impediam um efetivo desenvolvimento da democracia no país. Em troca, os grandes empreendedores industriais e comerciais recebiam favores fiscais, subsídios e incentivos, favores econômicos das próprias oligarquias de base rural. No Brasil, nunca se configurou, como na Europa e EUA, um conflito histórico significativo entre os industriais e os grandes latifundiários que tornasse inadiáveis as reformas sociais e políticas, notoriamente a reforma agrária, que modernizassem o país. A nossa modernização é bem única: ocorre intensamente na área econômica, inclusive no campo, sem significativas repercussões no âmbito social e político. E isso até hoje é nossa pedra de tropeço.

Na metade do século XX, com a revolução tecnológica da agricultura, o governo estimula a mecanização e modernização das fazendas com financiamentos do Banco do Brasil. Então, os fazendeiros expulsam os trabalhadores de suas terras. Assim, surgem os “bóias-frias” e outros trabalhadores sazonais para algumas tarefas para as quais há dependência de mão-de-obra. Ocorre assim a emergência do que é designado Por José

de Souza Matins de “proletário agrícola”, o trabalhador que já não reside na propriedade de quem compra a sua força de trabalho em troca de salário.

De fato, o êxodo rural se intensifica, inchando as cidades e aumentando as desigualdades sociais no país. Nos anos 60, quando a revolução tecnológica impôs mudanças radicais nas relações de trabalho, os latifundiários apoiaram o golpe militar e a instalação de uma ditadura no país, o que bloqueou a reforma agrária. E selaram o destino do Brasil nos conduzindo a uma modernização aleijada e inconclusa e a um modelo político precário e não participativo.